

LAURINDA ABREU, PINA MANIQUE. UM REFORMADOR NO PORTUGAL DAS LUZES.

LISBOA: GRADIVA, 2013.

Eis um livro a reter, para além do título, para os leitores que se interessam pela área da saúde e da assistência, de cuja área de estudos emerge, autonomizado pela autora de uma obra mais vasta. Se a vertente reformista de Pina Manique nos surge como polarizadora do estudo, a verdade é que Laurinda Abreu nos fornece um quadro geral dos problemas da saúde e da assistência pública nos finais do século XVIII, articulando uma larga base de informação arquivística e ampla bibliografia nacional e internacional.

Um vasto capítulo inicial dá-nos conta da situação ao tempo de Pombal e das intervenções verificadas no campo das misericórdias e confrarias, sublinhando as propostas inovadoras no campo da saúde sugeridas por estrangeirados como Ribeiro Sanches, captando ainda as denúncias e posições avulsas sobre a saúde e seus agentes em vários tipos de publicações.

Um segundo capítulo, «a polícia em defesa da utilidade pública», mostra-nos a emergência da Intendência Geral da Polícia (1760) e o novo quadro paradigmático em que se insere a política assistencialista, sobretudo com a nomeação de Pina Manique (em 18.1.1780) e a posterior criação da Casa Pia. A inserção do quadro jurisdicional do Intendente (1791) fornece-nos uma ideia do perímetro social dessa nova política, preocupada com a virtude pública, crente no efeito da reclusão e da aprendizagem para marginais e desprotegidos, preocupada com a recolha de crianças abandonadas.

«A saúde das populações como um assunto de governação» é a expressão do título do terceiro capítulo que nos conduz ao campo dos poderes na área da saúde e os inerentes conflitos com a Intendência da Polícia, nomeadamente a assunção de um papel tutelar pela Faculdade de Medicina da Universidade de Coimbra (através nos novos estatutos de 1772) que chamava a si

os antigos poderes do físico-mor e do cirurgião-mor, bem como a queda do provedor-mor substituído pela Junta do Protomedicato num evidente e gradual processo de controlo da área de exercício pelos médicos licenciados pela Universidade. Laurinda Abreu sublinha a «agenda antiquada» da nova instituição e o seu confronto com novas propostas, como a apresentação da «Farmacopeia Geral» ou os novos espaços de inovação, como era o caso da Casa Pia.

O livro termina com um capítulo interrogativo, questionando-se sobre o impacto da reforma de Pina Manique, sobre a sua possibilidade de modelar uma nova realidade de saúde pública em Portugal, para nos responder negativamente, não obstante os seus esforços que redundaram essencialmente na criação da Casa Pia, a quês e seguiram algumas réplicas menores noutras cidades. O seu mérito, sublinha a autora, estaria nessa nova forma de encarar a saúde pública, ligando-a à miséria das populações e fazendo da Casa Pia o ponto de partida dos recursos disponíveis para a assistência em ocasiões epidémicas, num país completamente desprevenido de recursos sanitários com o mínimo de modernidade e sem que o Intendente tivesse meios e poderes para ir mais além na sua ação reformadora.

De leitura agradável e recheado de informações documentais preciosas, o livro de Laurinda Abreu, tendo como foco o papel de Pina Manique, ilumina práticas e doutrinas, evidencia personalidades e sistematiza conhecimentos, configurando-se ainda como um útil guião para novas abordagens sobre o estudo da saúde e da assistência na transição dos séculos XVIII-XIX.

NOTA: Este artigo foi escrito segundo o novo acordo ortográfico.

JORGE FERNANDES ALVES
(FLUP/CITCEM)